

Henrique Freitas — *O arco e a arkhé:
ensaios sobre literatura e cultura*

Salvador: Ogum's Toques Negros, 2016

Igor Ximenes Graciano*

Em um recente livro de ensaios sobre a produção literária no século XXI, publicado por uma das casas editoriais mais influentes do Brasil, assinado por importante pesquisadora da área, Leyla Perrone-Moisés, de uma das mais prestigiadas universidades do país, o tema da crise da literatura é recuperado para, em seguida, a autora mostrar-se surpreendida com suas transformações e vitalidade no mundo contemporâneo. Para Perrone-Moisés, a literatura, instituição à beira da ruína desde a Modernidade, por sua autonomia (leia-se, inutilidade) militante, ainda encontra espaço para um projeto que critica as narrativas triviais da cultura de massa, vilã por excelência da liberdade criadora e da possibilidade de uma vida que subverta a reificação... dos homens.

A pausa retórica não é por acaso. O castelo de vidro construído acima encontra-se, ou melhor, autodeclara-se no campo da esquerda e vaticina, com o devido uso do verbo-chave, que o papel das instituições de ensino é “democratizar” a Literatura, isto é, o cânone. Segundo esse argumento, o aprendizado literário não deve reiterar estéticas e valores de indivíduos à margem do letramento institucional, mas antes apresentá-los ao que estaria distante de sua vida social. Grosso modo, aos que estão naturalmente distantes da “alta cultura”, cabe às instituições educacionais apresentar Cervantes e os clássicos da literatura nacional, por exemplo.

No fim das contas, a celebração dessa democracia restringe-se a um catálogo de homens brancos, europeus ou “como se fossem” europeus. Diante de uma coletividade tão restrita, certamente não será possível perceber um projeto libertário outro que não o da luta contra a reificação... dos homens. Não que o livro de ensaios em questão seja mal intencionado, talvez apenas recalque a limitação de seus horizontes, reiterando certos valores poderia simplesmente apontar para suas limitações face a manifestações culturais “de outra ordem”. Algo que a literatura brasileira mais estimulante do centro do campo literário não se furta em fazer: Osman Lins, em *A rainha dos cárceres da Grécia*; Sérgio Sant’Anna, em diversos

*Doutor em estudos de literatura e professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), São Francisco do Conde, BA, Brasil. E-mail: igor.graciano@unilab.edu.br

contos; e Clarice Lispector, na voz do narrador-escritor Rodrigo S. M., de *A hora da estrela*, por exemplo. Afinal, dizer de sua insuficiência é também um gesto político.

O outro da referida coletânea de ensaios é o livro de Henrique Freitas, *O arco e a arkhé: ensaios sobre literatura e cultura*. Entende-se essa alteridade não como seu oposto dialético, mas como lugar de fala que refuta os pressupostos assumidos pela teoria, crítica e historiografia literárias tradicionais. Segundo Freitas, “é preciso perceber que as gnoses indígenas e negro-brasileiras podem auxiliar ainda mais o campo da literatura, se vencermos a dimensão dessas pilhagens epistêmicas, permitindo que esses saberes afetem de maneira mais incisiva a teoria, a crítica e a historiografia, já que esses são vetores de nossos modos de ver o literário” (FREITAS, 2016, p. 55).

Ao colocar em perspectiva esses discursos, Henrique Freitas, professor de literatura e cultura da Universidade Federal da Bahia, procura algo mais radical que a análise das transformações da literatura no século XXI. Se as abordagens das obras contemporâneas pressupõem um conceito rígido do literário, a ideia de transformação se resumiria a apontar novas configurações na superfície da coisa em si que é a literatura, a depender das contingências. A empreitada, nesses termos, resume-se a ver o novo na face do velho. Fachada (pós)moderna para o edifício colonial.

Henrique Freitas não busca reconhecer os entraves estéticos e políticos da literatura enquanto essência, passíveis portanto de serem superados a favor de sua cadeia produtiva, mas, sim, denunciar a inadequação dessa instituição em meio à produção cultural contemporânea, entendida em sentido amplo. Essa produção contemporânea não deve ser balizada a partir da coisa chamada literatura, uma vez que é a coisa chamada literatura que deve dar conta dos discursos que correm por fora ou que dela se apropriam em suas próprias e potentes cadeias produtivas. Se nos termos dessa narrativa da crise a literatura é um bem universal em vias de desaparecer para prejuízo da humanidade, na perspectiva descolonizadora de Freitas, a instituição literária deve assimilar e ser assimilada na encruzilhada dos discursos e saberes praticados além do âmbito disciplinar tradicional, sem o que corre o risco de tornar-se irrelevante para prejuízo exclusivo dos defensores de sua especificidade.

Por isso, a tomada de voz de grupos sociais apartados da produção e do consumo de obras literárias, assim como da reflexão crítico-teórica, encontra um desafio complexo: a questão epistemológica. Um projeto intelectual descolonizador não é possível sem que os pressupostos da pesquisa sejam também eles transformados e transformadores. Ao demonstrar o racismo epistemológico que sustenta o entendimento dominante na história da literatura brasileira, Henrique Freitas propõe o conceito de literatura-terreiro, matriz de sua abordagem teórica. Para Freitas, “ante o grafocentrismo, logocentrismo e etnocentrismo que orientam a constituição dos saberes tradicionais ocidentais, as experiências ex-cêntricas e descentradas de leitura e escrita na comunidade-terreiro e nas expressões que se

orientam por sua lógica desconstroem a perspectiva monológica de produção de sentidos” (FREITAS, 2016, p. 59).

A vivência do terreiro — local de culto pela palavra, pelo canto, pela dança, entre outros ritos e símbolos, das religiões de matriz africana — é entendida não como objeto de análise ou cenário passivo de uma prática religiosa, mas como fonte moduladora do pensamento e da expressão artística além das fronteiras da celebração espiritual, de modo a fomentar “textos construídos a partir da organização multisemiótica em que a dança, a escrita, a música, as figuras etc., em sua ocorrência indissociável, constituem o que Gunther Kress e Theo Van Leeuwen (2001) chamam de texto multimodal ou a *Arkhé* de uma estética negra” (FREITAS, 2016, p. 59-60).

Segundo essa *Arkhé*, referente a outro modo de conhecimento, o fenômeno literário não se restringe à textualidade gráfica e ao imaginário intelectual em torno do livro, expandindo-se para outras linguagens. Daí resulta a oralidade e a performance como vetores da literatura-terreiro, que revoga a cisma cartesiana entre as dimensões intelectual e corpórea. Enquanto elemento simbólico *per se*, jamais como *suporte* para outro discurso que lhe seja pretensamente superior, conforme a concepção tradicional de obra literária, o corpo (e, no caso, o corpo negro) é parte da obra, entendida em sentido dinâmico. Não por acaso, os provérbios publicados em livro por Mãe Stella de Oxóssi — sacerdotisa e chefe do terreiro de candomblé Ilê Axé Opó Afonjá, na cidade de Salvador — são tidos como exemplares dessa textualidade para a qual o caráter popular e ritualístico do gênero proverbial não é entendido como falta e tampouco excesso, mas como “outra forma de ser através da palavra” (FREITAS, 2016, p. 77).

Em seus ensaios, Henrique Freitas conjuga com habilidade fontes teóricas de distintas origens, dialogando com noções do pós-estruturalismo francês, em especial o rizoma (de que deriva o conceito de aforrizoma), conforme Deleuze e Guattari; a vigilância panóptica e hiperpanóptica, nos termos de Foucault; a busca de um saber-poder latino-americano, na concepção pós-colonialista de Mignolo e Quijano; as contribuições de intelectuais ligados aos estudos culturais anglófonos, como Hall e Bhabha; os preceitos da filosofia Ubuntu; além de intelectuais e artistas que elenca como interlocutores diretos, entre os quais estão Edmilson de Almeida Pereira, Guellwar Adún, Moema Parente Augel, Regina Dalcastagnè, entre outros.

O ecletismo de Freitas nunca é uma coleta circunstancial de citações convenientes aos temas trazidos ao longo do livro. Antes revelam uma voz ensaística segura que percorre os caminhos necessários para dar suporte às inquietações que movimentam sua escrita: o racismo epistemológico e sua superação “*desde o corpo negro* permeado pela cosmogonia africana e negro-brasileira” (FREITAS, 2016, p. 55). Contudo, dado o risco sempre premente de se vislumbrar/desejar identidades absolutas, livres de contradições, a virada epistemológica que propõe não é ingênua. Segundo Freitas:

a diáspora abala a perspectiva essencializante de unanimidade racial e de tratamento dos negros como se fossem exatamente idênticos, questionando os modelos de classificação que foram usados para os africanos e os afrodescendentes durante a colonização e também após esse período, já que ela afeta uma ideia de origem e de identidade únicas, compreendendo o homem e a mulher negros como seres complexos, constituídos de múltiplas raízes, de matizes diversas e fragmentadas. A África plural encenada aqui é devir e não mais essência ontológica ou signo de um desejo inócuo de retorno ao mesmo (FREITAS, 2016, p. 222).

Assim, o pressuposto descolonizador do pensamento “desde o corpo negro” não recusa ou desconsidera a crítica epistemológica antimetafísica e anti-humanista europeia do século XX, pelo contrário. Antes há uma confluência de pensamentos ativados, agora sim, a partir da experiência diaspórica, a qual é inevitavelmente diversa e inesperada em suas inúmeras configurações. Freitas ensina que não se deve enfrentar o racismo epistemológico com essencialismos ou mistificações identitárias. O que se toma como desafio é pensar a cultura brasileira considerando os protagonismos negro e indígena, de que resulta compreender suas manifestações não pelos signos de sua apropriação colonial, mas como *locus* de construção dessa cultura.

O arco e a arkhé, fruto de uma atividade intelectual de dez anos (o que sempre implica mais tempo de formação), tem uma organização editorial inesperada. Dividido em três partes, na primeira (“Teorias críticas e literárias”), apresenta-se o principal resultado teórico da trajetória do autor até aqui, sua proposta mais radical: a literatura-terreiro. Na segunda parte (“Letramentos de rua: exercícios de crítica cultural”), encontram-se algumas temáticas que o levaram à literatura-terreiro, tais como o apagamento autoral de autores negros no cânone literário brasileiro, passando pelo movimento *mangue beat* e o letramento negro a partir do *hip-hop*. Por fim, na última parte (“Há nexos”), há duas resenhas e uma entrevista.

Essa organização editorial do livro parece desejar que o trajeto do pesquisador seja visto à luz de sua virada epistemológica. Conforme a imagem de Uroboros, a serpente que se devora pela cauda, o desfecho está no mesmo ponto do início, onde tudo está a um só tempo transformado e em vias de transformação. Na entrevista que encerra a terceira parte do livro, pode-se conhecer esse início-fim. O rasgo biográfico que é toda entrevista permite (entre)ver o “autor antes do autor”, quando Freitas discorre sobre a mudança que “mães ‘empregadas domésticas’ ou integrantes do quadro de ‘serviços gerais’ de empresas (no meu caso, com o auxílio de um pai hiperpresente e participativo) provocaram na genealogia de muitas famílias negras, possibilitando o surgimento da primeira geração de universitários” (FREITAS, 2016, p. 259).

O professor que assina *O arco e a arkhé* é filho dessa “Revolução das vassouras”, como prefere chamar o empenho individual de mães da periferia que perceberam o poder transformador da educação. Essa revolução pôde ainda contar, nas últimas

décadas, com políticas públicas tais como as cotas raciais, que transformaram a paisagem humana e intelectual das universidades públicas brasileiras por meio da entrada de jovens antes socialmente impedidos de frequentar suas aulas.

Em dias de ataque à normalidade democrática por grupos que, no Brasil (e que se estende a outras margens do capital), apostam na lógica colonial de predação da coisa pública, que a revolução social e epistemológica das mulheres negras siga como exemplo de resistência. A lição de Henrique Freitas é que a literatura, entre as tantas práticas sociais historicamente pensadas por parcela pequena da população, “possa tornar-se o que é” (FREITAS, 2016, p. 78), de modo a cumprir sua potência há tanto sufocada por um imaginário estético incapaz de abarcar a riqueza cultural brasileira.

Que seja.

Referência

FREITAS, Henrique. *O arco e a arkhé: ensaios sobre literatura e cultura*. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2016.

Recebido em 24 de abril de 2017.

Aprovado em 25 de setembro de 2017.